PARECER/CONSULTA TC-006/2015 - PLENÁRIO

PROCESSO - TC-3537/2012
JURISDICIONADO - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ASSUNTO - CONSULTA
CONSULENTE - ELDA MARCIA MORAES SPEDO

EMENTA

ADESÃO À ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS – POSSIBILIDADE: NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AO QUANTITATIVO MÁXIMO PREVISTO NO EDITAL – REVOGAR PARECER EM CONSULTA TC-10/2012 .

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC-3537/2012, em que a Procuradora-Geral de Justiça, Sra. Elda Marcia Moraes Spedo, formula consulta a este Tribunal, no sentido de obter esclarecimentos acerca do seguinte questionamento:

“Em atendimento à solicitação da 11ª a Promotoria de Justiça de Cachoeiro de Itapemirim, solicitamos a Vossa Excelência que informe o posicionamento jurídico dessa Corte de Contas sobre a possibilidade de adesão à ata de registro de preços no âmbito de nosso Estado (art. 17, do Decreto nº 1.790-R, de 24/01/2007, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 1.837-R, de 23/04/2007), em especial, acerca de sua constitucionalidade, legalidade e limites.”

Considerando que é da competência deste Tribunal decidir sobre consulta que lhe seja formulada na forma estabelecida pelo Regimento Interno, conforme artigo 1º, inciso XXIV, da Lei Complementar Estadual nº 621/12.

RESOLVEM os Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em sessão realizada no dia dezesseis de junho de dois mil e quinze, à unanimidade, acolhendo o voto do Relator, Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, preliminarmente, conhecer da consulta, e no mérito, responder o questionamento elaborado pelo Consulente nos termos da Instrução Técnica OTC-80/2013, da 8ª Secretaria de Controle Externo, firmada pela Auditora de Controle Externo, Sra. Vanessa Costa Righi de Oliveira, abaixo transcritos:

Orientação Técnica em Consulta OTC-80/2013:

I - RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de consulta formulada pela Procuradora Geral de Justiça (em exercício), Sra. Elda Marcia Moraes Spedo, sobre a possibilidade de adesão à ata de registro de preços no âmbito do Estado do Espírito Santo.

A consulta vem encaminhada nos seguintes termos:

“Em atendimento à solicitação da 11ª a Promotoria de Justiça de Cachoeiro de Itapemirim, solicitamos a Vossa Excelência que informe o posicionamento jurídico dessa Corte de Contas sobre a possibilidade de adesão à ata de registro de preços no âmbito de nosso Estado (art. 17, do Decreto nº 1.790-R, de 24/01/2007, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 1.837-R, de 23/04/2007), em especial, acerca de sua constitucionalidade, legalidade e limites.”

O Conselheiro Relator, no despacho de fls. 03/04, verificou os requisitos de admissibilidade e conheceu da presente consulta.

Os autos foram encaminhados a esta 8ª Secretaria para manifestação.

É o relatório.

II - REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

Os requisitos de admissibilidade foram analisados pelo Conselheiro Relator às fls. 03/04, e a presente consulta foi conhecida.

III – MÉRITO

A matéria suscitada pelo Consulente foi objeto de análise por esta Corte de Contas no Parecer/Consulta TC – 10/2012.

Entretanto, especialmente em razão de alteração de posicionamento jurisprudencial, é preciso rever algumas considerações feitas no retro mencionado Parecer.

A primeira parte do Parecer/Consulta TC – 10/2012 será transcrita, por não merecer qualquer reparo.

“(...) III – MÉRITO

As dúvidas suscitadas pelo consulente perpassam pela análise do comumente chamado “carona” do registro de preços. Essa prática consiste na utilização, por um órgão ou ente, do sistema de registro de preços alheio. Tal possibilidade está contemplada na esfera federal, mediante Decreto n. 3.931/2001¹ e na estadual, no Decreto n. 1.790-R. Acerca da figura do “carona” existem duas posições doutrinárias e jurisprudenciais. A primeira entende, de forma sintética, que a prática de “carona” no SRP (sistema de registro de preços) é ilegal, tendo em vista que reflete uma hipótese de dispensa de licitação (já que o “carona” não participa do certame) não prevista em lei. Os adeptos dessa corrente entendem que somente a lei (e não um decreto) poderia dispensar o procedimento licitatório. A segunda corrente defende a tese de que a figura do “carona” é perfeitamente compatível com o sistema jurídico nacional, não demandando lei para sua criação. Isso porque o certame licitatório terá, necessariamente ocorrido, tendo apenas sido feito por outro órgão. Para os que comungam desse pensamento, a existência de uma licitação, ainda que realizada por outro órgão, é suficiente para dar cumprimento ao princípio constitucional da licitação. No entanto a discussão doutrinária acima citada encontra-se superada neste Tribunal, tendo em vista o Parecer/Consulta n. 001/2010, o qual, em seu bojo, aborda a questão do “carona”, consagrando posicionamento desta Corte pela legalidade da mencionada figura. Assim, passaremos a analisar os questionamentos propostos. O consulente formula seus questionamentos a partir da Lei n. 8.666/93 e do Decreto n. 1.790-R, de 2007, o qual regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito estadual. O artigo 15, § 3º da Lei n. 8.666/93 assim estabelece: Art. 15... § 3º - O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: I - seleção feita mediante concorrência; II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados; III - validade do registro não superior a um ano. A priori, portanto, encontra-se plenamente adequada à previsão do citado a edição do Decreto n. 1.790-R, que regulamenta o SRP em nível estadual. A par do mencionado, o Parecer/Consulta n. 001/2010 posicionou-se pela

¹ Alterado pelo Decreto nº 7892/2013.

validade de regulamentação do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 (registro de preços) por meio de decreto. No que concerne ao 1º questionamento, devemos observar que o Decreto n. 1.790-R contempla as seguintes permissões: Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições: V - Órgão Não Participante - órgão ou entidade que não participou dos procedimentos iniciais do SRP, não integrando a Ata de Registro de Preços, mas que poderá utilizá-la para aquisição de bens ou contratação de serviços, mediante adesão, após autorização de seu órgão gerenciador. Art. 17 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e anuência do órgão gerenciador. O artigo 6º, XI da Lei n. 8.666/93 conceitua Administração Pública como a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo, inclusive, as pessoas jurídicas de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas. Isto posto, podemos concluir que a permissão contida no artigo 17 do Decreto n. 1.790-R abrange outros Estados, o Distrito Federal, Município e a União, haja vista a ampla conceituação de Administração Pública explicitada pela Lei de Licitações. Na prática podemos dizer que uma ata de registro de preços laborada pelo Estado ou por qualquer órgão estadual poderá ser utilizada por todos os entes que se enquadrem na definição do artigo 6º, XI da Lei n. 8.666/93. Por outro lado, o artigo 18 do Decreto n. 1.790-R restringe a adesão do Estado e de seus órgãos a outras atas de registro de preços, senão vejamos: Art. 18 É permitido aos órgãos e entidades que integram a Administração Pública **Estadual** Direta e Indireta fazer uso, mediante adesão, de Ata de Registro de Preços de órgãos ou entidades de **outros Estados, do Distrito Federal e da União** para fornecimento de bens e contratação de serviços (grifamos). Nota-se que o mencionado artigo estabelece, de forma clara, que a Administração Pública Estadual Direta e Indireta pode aderir a atas de órgão ou entidades de outros Estados, do Distrito Federal e da União. Não alude, todavia, a possibilidade de adesão a atas municipais. E como a Administração segue o princípio da estrita legalidade, o que significa que só pode fazer aquilo que a lei expressamente determina, entendemos que a resposta ao questionamento 1 é: a Administração Direta e Indireta do Estado do Espírito Santo pode aderir a atas de registro de preços de órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta deste Estado, mas não pode aderir a atas de municípios, ainda que do Espírito Santo, por falta de autorização do instrumento regulador do SRP. Quanto ao item 2, a resposta também se encontra no art. 18 do Decreto n. 1.790-R: Art. 18 **É permitido aos órgãos e entidades que integram a Administração Pública Estadual Direta e Indireta fazer uso, mediante adesão, de Ata de Registro de Preços de órgãos ou entidades de outros Estados, do Distrito Federal e da União** para fornecimento de bens e contratação de serviços (grifamos). Da leitura do mesmo percebe-se expressamente estipulada a permissão pretendida pelo

consulente, de forma que se responde afirmativamente à indagação proferida. (...)

No que concerne à adesão a ata de registro de preços pelos “caronas” (órgãos e entidades da Administração Pública que não tenham participado do Sistema de Registro de Preços), é preciso tecer algumas considerações, especialmente face a atual jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

O único limite à adesão previsto no Decreto Estadual nº 1.790-R/2007 (que regulamenta o sistema de registro de preços) encontra-se no § 3º do art. 17:

“Art. 17 - (...)

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere a este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, ao quantitativo registrado na Ata de Registro de Preços.”

Tal dispositivo encontrava paralelo no Decreto Federal nº 3931/2001, que assim estabelecia:

“Art. 8º - (...)

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.”

Ainda sob a égide do retro mencionado Decreto, o TCU já manifestava-se de forma contrária à adesão ilimitada de órgãos ou entidades a uma ata de registro de preços. Observe-se o disposto no Acórdão nº 1.487/2007):

“9.2. determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que: 9.2.1. [...]; 9.2.2. adote providências com vistas à reavaliação das regras atualmente estabelecidas para o registro de preços no Decreto n.º 3.931/2001, de forma a estabelecer limites para a adesão a registros de preços realizados por outros órgãos e entidades, visando preservar os princípios da competição, da igualdade de condições entre os licitantes e da busca da maior vantagem para a Administração Pública, tendo em vista que as regras atuais permitem a indesejável situação de adesão ilimitada a atas em vigor, desvirtuando as finalidades buscadas por essa sistemática, tal como a hipótese mencionada no Relatório e Voto que fundamentam este Acórdão.”

Esta Corte de Contas também já preocupava-se com a adesão ilimitada de outros órgãos e entidades da Administração Pública eventualmente interessados na ata de registro de preços, sob pena de violação a princípios constitucionais. Tal posicionamento foi exarado no Parecer/Consulta TC – 01/2008 e encampado pelo Parecer/Consulta TC – 01/2010.

“Por fim, alertamos sobre a necessidade de que, na hipótese de estruturação de uma Ata de Registro de Preços de Medicamentos, o Governo Estadual se abstenha de autorizar a adesão ilimitada de outros órgãos e entidades da Administração Pública eventualmente interessados, sob pena de violação aos princípios constitucionais da competição, da igualdade de condições entre os licitantes, da eficiência, da impessoalidade e da moralidade”. (Parecer/Consulta TC 001/2008)

Ocorre que o Tribunal de Contas da União, desde o exercício de 2012 (Acórdão 1.233/2012) adotou entendimento no sentido de não ser possível que a soma dos quantitativos contratados em decorrência da ata de registro de preços ultrapasse o quantitativo máximo previsto no edital. Ressalte-se que após esse posicionamento do TCU, houve alteração no regulamento federal estabelecendo limites para adesões dos “caronas” às atas de registro de preços (Decreto nº 7.892/2013).

Observe-se o disposto no Acórdão nº 1.999/2013 do Plenário do Tribunal de Contas da União:

1. “(...) 275. Para conter o uso indiscriminado e ilegal do registro de preços, o Acórdão 1.233/2012-Plenário orientou seus jurisdicionados que é necessário fundamentar formalmente a criação da ata de registro de preços, bem como praticar todos os atos descritos no Decreto 3.931/2001, art. 3º, § 2º, em especial o previsto no seu inciso I (‘convidar mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preços’). Além disso, é necessário executar o obrigatório planejamento da contratação, fixar os quantitativos máximos a serem contratados durante a vigência da ata e gerenciar a ata de forma que a soma dos quantitativos contratados em todos os contratos derivados da ata não supere o quantitativo máximo previsto no edital. Como resultado dessa ação de controle ocorreu a publicação de novo regulamento, o qual estabelece limites para adesões do tipo ‘carona’ (Decreto 7.892/2013).” (grifou-se)

Neste sentido, sob pena de violação aos princípios constitucionais da competição, da igualdade de condições entre os licitantes, da eficiência, da impessoalidade e da

moralidade, não se pode admitir adesão ilimitada de “caronas” à ata de registro de preços.

Em consonância com o posicionamento do Tribunal de Contas da União, nas adesões a atas de registro de preços deve ser observado o quantitativo máximo previsto no edital. Assim, a soma dos quantitativos contratados e oriundos da mesma ata devem observar o limite máximo previsto no edital.

Opina-se ainda, para fins didáticos, pela revogação do Parecer/Consulta TC – 10/2012, tendo em vista que sua parte inicial (que não merece qualquer reparo) encontra-se transcrita na presente Instrução Técnica.

IV – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, verifica-se ter o Conselheiro Relator **conhecido** da presente consulta às fls.3/4.

Quanto ao **mérito**, opina-se, em consonância com o posicionamento do Tribunal de Contas da União, que nas adesões a atas de registro de preços deve ser observado o quantitativo máximo previsto no edital. Assim, a soma dos quantitativos contratados e oriundos da mesma ata devem observar o limite máximo previsto no edital.

Opina-se ainda, para fins didáticos, pela revogação do Parecer/Consulta TC – 10/2012, tendo em vista que sua parte inicial (que não merece qualquer reparo) encontra-se transcrita na presente Instrução Técnica.

O EXMO. SR. CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO:

1 RELATÓRIO

Versam os presentes autos sobre Consulta formulada pela Procuradora Geral de Justiça (em exercício), Dra. Elda Marcia Moraes Spedo, sobre a possibilidade de adesão à ata de registro de preços no âmbito do Estado do Espírito Santo.

A consulente registra ter encaminhado a presente consulta em atendimento à solicitação da 11ª Promotoria de Justiça de Cachoeiro de Itapemirim acerca do posicionamento jurídico dessa Corte de Contas sobre a possibilidade de adesão à ata de registro de preços no âmbito de nosso Estado (art. 17, do Decreto nº 1.790-R, de 24/01/2007, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 1.837-R, de 23/04/2007), em especial, acerca de sua constitucionalidade, legalidade e limites.

O então Conselheiro Relator **verificou os requisitos de admissibilidade e conheceu da presente consulta (Despacho - fls. 03/04).**

Ato contínuo, os autos foram encaminhados à 8ª Secretaria de Controle Externo, a qual elaborou a **Orientação Técnica de Consulta OT-C 80/2013** (fls. 17/22), concluindo, quanto ao mérito, em consonância com o posicionamento do Tribunal de Contas da União, que, nas adesões a atas de registro de preços, deve ser observado o quantitativo máximo previsto no edital, de forma que a soma dos quantitativos contratados e oriundos da mesma ata observe o limite máximo previsto no edital. Opinou, ainda, para fins didáticos, pela revogação do Parecer/Consulta TC – 10/2012, tendo em vista que sua parte inicial (que não merece qualquer reparo) encontra-se transcrita na Instrução Técnica em tela.

No mesmo sentido manifestou-se o Ministério Público de Contas, mediante manifestação da lavra do Excelentíssimo Procurador de Contas Heron Carlos Gomes de Oliveira (**Parecer PPJC 5710/2014 - fl. 26**).

É o relatório.

2 FUNDAMENTAÇÃO

Ratifico o posicionamento da área técnica (Orientação Técnica de Consulta OT-C 80/2013 - fls. 17/22) **e do Ministério Público de Contas** (fl. 26), para que a presente Consulta seja respondida no sentido de que, nas adesões a atas de registro de preços, deve ser observado o quantitativo máximo previsto no edital, de forma que a soma dos quantitativos contratados e oriundos da mesma ata observe o limite máximo

previsto no edital, com base nos fundamentos exarados na Orientação Técnica de Consulta OT-C 80/2013 abaixo transcritos:

III – MÉRITO

A matéria suscitada pelo Consulente foi objeto de análise por esta Corte de Contas no Parecer/Consulta TC – 10/2012.

Entretanto, especialmente em razão de alteração de posicionamento jurisprudencial, é preciso rever algumas considerações feitas no retro mencionado Parecer.

A primeira parte do Parecer/Consulta TC – 10/2012 será transcrita, por não merecer qualquer reparo.

(...) III – MÉRITO

As dúvidas suscitadas pelo consulente perpassam pela análise do comumente chamado “carona” do registro de preços. Essa prática consiste na utilização, por um órgão ou ente, do sistema de registro de preços alheio. Tal possibilidade está contemplada na esfera federal, mediante Decreto n. 3.931/2001² e na estadual, no Decreto n. 1.790-R. Acerca da figura do “carona” existem duas posições doutrinárias e jurisprudenciais. A primeira entende, de forma sintética, que a prática de “carona” no SRP (sistema de registro de preços) é ilegal, tendo em vista que reflete uma hipótese de dispensa de licitação (já que o “carona” não participa do certame) não prevista em lei. Os adeptos dessa corrente entendem que somente a lei (e não um decreto) poderia dispensar o procedimento licitatório. A segunda corrente defende a tese de que a figura do “carona” é perfeitamente compatível com o sistema jurídico nacional, não demandando lei para sua criação. Isso porque o certame licitatório terá, necessariamente ocorrido, tendo apenas sido feito por outro órgão. Para os que comungam desse pensamento, a existência de uma licitação, ainda que realizada por outro órgão, é suficiente para dar cumprimento ao princípio constitucional da licitação. No entanto a discussão doutrinária acima citada encontra-se superada neste Tribunal, tendo em vista o Parecer/Consulta n. 001/2010, o qual, em seu bojo, aborda a questão do “carona”, consagrando posicionamento desta Corte pela legalidade da mencionada figura. Assim, passaremos a analisar os questionamentos propostos. O consulente formula seus questionamentos a partir da Lei n. 8.666/93 e do Decreto n. 1.790-R, de 2007, o qual regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito estadual. O artigo 15, § 3º da Lei n. 8.666/93 assim estabelece: Art. 15... § 3º - O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: I - seleção feita mediante concorrência; II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados; III - validade do registro não superior a um ano. A priori, portanto, encontra-se plenamente adequada à previsão do citado a edição do Decreto n. 1.790-R, que regulamenta o SRP em nível estadual. A par do mencionado, o Parecer/Consulta n. 001/2010 posicionou-se pela validade de regulamentação do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 (registro de preços) por meio de decreto. No que concerne ao 1º questionamento, devemos observar que o Decreto n. 1.790-R contempla as seguintes permissões: Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições: V - Órgão Não Participante - órgão ou entidade que não participou dos procedimentos iniciais do SRP, não integrando a Ata de Registro de Preços, mas que poderá utilizá-la para aquisição de bens ou contratação de serviços, mediante adesão, após autorização de seu órgão gerenciador. Art. 17 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e anuência do órgão gerenciador. O artigo 6º, XI da Lei n. 8.666/93 conceitua Administração Pública como a administração direta e

² Alterado pelo Decreto nº 7892/2013.

indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo, inclusive, as pessoas jurídicas de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas. Isto posto, podemos concluir que a permissão contida no artigo 17 do Decreto n. 1.790-R abrange outros Estados, o Distrito Federal, Município e a União, haja vista a ampla conceituação de Administração Pública explicitada pela Lei de Licitações. Na prática podemos dizer que uma ata de registro de preços laborada pelo Estado ou por qualquer órgão estadual poderá ser utilizada por todos os entes que se enquadrem na definição do artigo 6º, XI da Lei n. 8.666/93. Por outro lado, o artigo 18 do Decreto n. 1.790-R restringe a adesão do Estado e de seus órgãos a outras atas de registro de preços, senão vejamos: Art. 18 É permitido aos órgãos e entidades que integram a Administração Pública **Estadual** Direta e Indireta fazer uso, mediante adesão, de Ata de Registro de Preços de órgãos ou entidades de **outros Estados, do Distrito Federal e da União** para fornecimento de bens e contratação de serviços (grifamos). Nota-se que o mencionado artigo estabelece, de forma clara, que a Administração Pública Estadual Direta e Indireta pode aderir a atas de órgão ou entidades de outros Estados, do Distrito Federal e da União. Não alude, todavia, a possibilidade de adesão a atas municipais. E como a Administração segue o princípio da estrita legalidade, o que significa que só pode fazer aquilo que a lei expressamente determina, entendemos que a resposta ao questionamento 1 é: a Administração Direta e Indireta do Estado do Espírito Santo pode aderir a atas de registro de preços de órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta deste Estado, mas não pode aderir a atas de municípios, ainda que do Espírito Santo, por falta de autorização do instrumento regulador do SRP. Quanto ao item 2, a resposta também se encontra no art. 18 do Decreto n. 1.790- R: Art. 18 **É permitido aos órgãos e entidades que integram a Administração Pública Estadual Direta e Indireta fazer uso, mediante adesão, de Ata de Registro de Preços de órgãos ou entidades de outros Estados, do Distrito Federal e da União** para fornecimento de bens e contratação de serviços (grifamos). Da leitura do mesmo percebe-se expressamente estipulada a permissão pretendida pelo consulente, de forma que se responde afirmativamente à indagação proferida. (...)

No que concerne à adesão a ata de registro de preços pelos “caronas” (órgãos e entidades da Administração Pública que não tenham participado do Sistema de Registro de Preços), é preciso tecer algumas considerações, especialmente face a atual jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

O único limite à adesão previsto no Decreto Estadual nº 1.790-R/2007 (que regulamenta o sistema de registro de preços) encontra-se no § 3º do art. 17:

Art. 17 - (...)

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere a este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, ao quantitativo registrado na Ata de Registro de Preços.

Tal dispositivo encontrava paralelo no Decreto Federal nº 3931/2001, que assim estabelecia:

Art. 8º - (...)

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

Ainda sob a égide do retro mencionado Decreto, o TCU já manifestava-se de forma contrária à adesão ilimitada de órgãos ou entidades a uma ata de registro de preços. Observe-se o disposto no Acórdão nº 1.487/2007):

9.2. determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:
9.2.1. [...]; 9.2.2. adote providências com vistas à reavaliação das regras atualmente estabelecidas para o registro de preços no Decreto n.º 3.931/2001, de forma a estabelecer limites para a adesão a registros de preços realizados por outros órgãos e entidades, visando preservar os princípios da competição, da igualdade de condições entre os licitantes e da busca da maior vantagem para a Administração Pública, tendo em vista que as regras atuais permitem a indesejável situação de adesão ilimitada a atas em vigor, desvirtuando as finalidades buscadas por essa sistemática, tal como a hipótese mencionada no Relatório e Voto que fundamentam este Acórdão.

Esta Corte de Contas também já preocupava-se com a adesão ilimitada de outros órgãos e entidades da Administração Pública eventualmente interessados na ata de registro de preços, sob pena de violação a princípios constitucionais. Tal posicionamento foi exarado no Parecer/Consulta TC – 01/2008 e encampado pelo Parecer/Consulta TC – 01/2010.

Por fim, alertamos sobre a necessidade de que, na hipótese de estruturação de uma Ata de Registro de Preços de Medicamentos, o Governo Estadual se abstenha de autorizar a adesão ilimitada de outros órgãos e entidades da Administração Pública eventualmente interessados, sob pena de violação aos princípios constitucionais da competição, da igualdade de condições entre os licitantes, da eficiência, da impessoalidade e da moralidade. (Parecer/Consulta TC 001/2008)

Ocorre que o Tribunal de Contas da União, desde o exercício de 2012 (Acórdão 1.233/2012) adotou entendimento no sentido de não ser possível que a soma dos quantitativos contratados em decorrência da ata de registro de preços ultrapasse o quantitativo máximo previsto no edital. Ressalte-se que após esse posicionamento do TCU, houve alteração no regulamento federal estabelecendo limites para adesões dos “caronas” às atas de registro de preços (Decreto nº 7.892/2013). Observe-se o disposto no Acórdão nº 1.999/2013 do Plenário do Tribunal de Contas da União:

“(…) 275. Para conter o uso indiscriminado e ilegal do registro de preços, o Acórdão 1.233/2012-Plenário orientou seus jurisdicionados que é necessário fundamentar formalmente a criação da ata de registro de preços, bem como praticar todos os atos descritos no Decreto 3.931/2001, art. 3º, § 2º, em especial o previsto no seu inciso I (‘convidar mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preços’). Além disso, é necessário executar o obrigatório planejamento da contratação, fixar os quantitativos máximos a serem contratados durante a vigência da ata e gerenciar a ata de forma que a soma dos quantitativos contratados em todos os contratos derivados da ata não supere o quantitativo máximo previsto no edital. Como resultado dessa ação de controle ocorreu a publicação de novo regulamento, o qual estabelece limites para adesões do tipo ‘carona’ (Decreto 7.892/2013).” (grifos da OT-C)

Neste sentido, sob pena de violação aos princípios constitucionais da competição, da igualdade de condições entre os licitantes, da eficiência, da impessoalidade e da moralidade, não se pode admitir adesão ilimitada de “caronas” à ata de registro de preços.

Em consonância com o posicionamento do Tribunal de Contas da União, nas adesões a atas de registro de preços deve ser observado o quantitativo máximo previsto no edital. Assim, a soma dos quantitativos contratados e oriundos da mesma ata devem observar o limite máximo previsto no edital.

Opina-se ainda, para fins didáticos, pela revogação do Parecer/Consulta TC – 10/2012, tendo em vista que sua parte inicial (que não merece qualquer reparo) encontra-se transcrita na presente Instrução Técnica.

3 DISPOSITIVO

Ante o exposto, obedecidos todos os trâmites processuais e legais, ressaltando que o Excelentíssimo Conselheiro Domingos Augusto Taufner já conheceu da presente Consulta em Despacho de fls. 03/04, e **corroborando** o entendimento da área técnica exarado na Orientação Técnica de Consulta OT-C 80/2013 (fls. 17/22) e do Ministério Público de Contas (fl. 26), **VOTO:**

3.1 No mérito, para que seja respondida no sentido de que, nas adesões a atas de registro de preços, deve ser observado o quantitativo máximo previsto no edital. Assim, a soma dos quantitativos contratados e oriundos da mesma ata deve observar o limite máximo previsto no edital;

3.2 Para fins didáticos, **pela revogação do Parecer/Consulta TC – 10/2012**, tendo em vista que sua parte inicial (que não merece qualquer reparo) encontra-se transcrita no presente Voto.

Composição Plenária

Presentes à sessão plenária de apreciação os Senhores Conselheiros Domingos Augusto Taufner, Presidente, Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Relator, Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, José Antônio Almeida Pimentel, Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun, Sérgio Manoel Nader Borges e o Conselheiro em substituição Marco Antonio da Silva. Presente, ainda, o Dr. Heron Carlos Gomes de Oliveira, Procurador Especial de Contas em substituição ao Procurador-Geral.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2015.

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER
Presidente

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

Relator

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA PIMENTEL

CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

CONSELHEIRO MARCO ANTONIO DA SILVA

Em substituição

Fui Presente:

DR. HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

Procurador Especial de Contas em substituição ao Procurador-Geral

Lido na sessão do dia:

ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR

Secretário-Geral das Sessões